



# TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL  
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

*Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017*

Com a coordenação de

---

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões  
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



## ELEMENTOS DE INDEXAÇÃO PARA ARQUIVOS PERMANENTES: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS PRELIMINARES

Natália Bolfarini Tognoli<sup>1</sup>, Suellen Oliveira Milani<sup>2</sup>, José Augusto Chaves Guimarães<sup>3</sup>

<sup>1,2,3</sup>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Marília – SP – Brasil –  
nataliabtoognoli@marilia.unesp.br, suellenmilani@hotmail.com, guima@marilia.unesp.br

**RESUMO** Esse estudo apresenta algumas convergências metodológicas percebidas entre a indexação na Biblioteconomia e na Arquivística e, para tanto, elementos referentes à análise e representação de assunto foram examinados. Essa reflexão exploratória demonstrou que as discussões teóricas promovidas pela organização do conhecimento nutrem ambas as áreas e são complementares pois enquanto a Arquivística organiza prioritariamente para testemunhar a produção documental a partir do princípio da proveniência, a Biblioteconomia organiza para promover o acesso e a apropriação da informação a partir dos princípios que envolvem o uso ou a demanda das suas comunidades de usuários. Por fim, exemplos da instrumentalidade da análise de assunto, da leitura documental, bem como do conhecimento da tipologia documental e do princípio da proveniência foram expostos.

**PALAVRAS-CHAVE** *Representação arquivística, Indexação, Análise de assunto, Representação de assunto, Arquivos permanentes*

**ABSTRACT** This paper presents some methodological convergences between indexing in Library and Archival Science. For that, elements related to the subject analysis and subject representation were addressed. This exploratory discussion demonstrates that the theoretical discussions promoted by the knowledge organization support both areas and they are complementary because once Archival Science organizes information primarily to represent the records production from the principle of provenance, Library Science represents information to promote their access and appropriation from principles involving the use and the demand of its communities of users. Thus, examples regarding the instrumentality of the subject analysis, documental reading, as well as, the documental typology and the principle of provenance were highlighted.

**PALAVRAS-CHAVE** *Archival description, Indexing, Subject analysis, Subject representation, Archives*

**COPYRIGHT** Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

## INTRODUÇÃO

A organização do conhecimento é um marco teórico-conceitual para a Ciência da Informação, isto é, um espaço institucionalizado dentro da área de Ciência da Informação para discutir teorias e metodologias sobre os processos que visam *representar para recuperar* ou, como prefere Smit (1987), *reunir e organizar para achar*. Para tanto, catálogos de bibliotecas e instrumentos de pesquisa de

arquivos serão construídos para que os usuários acessem e se apropriem das informações contidas nos documentos dos acervos da biblioteca e dos fundos do arquivo.

No contexto da organização do conhecimento, enquanto o bibliotecário vale-se dos critérios de uso e especificidade temática para tratar documentos múltiplos advindos de um processo de seleção e com uma função investigativa, o arquivista vale-se dos princípios da proveniência e da organicidade para tratar documentos únicos oriundos de uma acumulação natural e com uma função probatória (Guimarães, 2008).

Para a realização dos processos de organização do conhecimento é imprescindível que se identifique o conteúdo do documento que será representado e, conforme Guimarães (2008) esclarece, na Arquivística o conteúdo encontra-se na designação do órgão produtor, da espécie e da tipologia documental, enquanto que na Biblioteconomia o conteúdo refere-se aos assuntos do documento.

Com a aproximação das áreas de Arquivística e Biblioteconomia dada, principalmente, pelo amparo da Ciência da Informação, tornou-se necessário traçar suas convergências e divergências, principalmente, no contexto da organização e recuperação da informação. Apesar de ser um tema ainda incipiente na literatura nacional, algumas tentativas recentes foram observadas nos estudos de Vital (2017), Barros (2016), Silva, Sousa e Bandeira (2012) e Ribeiro (2006).

Nesse sentido, esse estudo tem o objetivo de discutir as convergências metodológicas entre a indexação na Arquivística e na Biblioteconomia, bem como os possíveis subsídios que poderiam ser fornecidos para a prática de análise e representação em ambas as áreas. Para tanto, a reflexão teórica e de caráter documental proposta configura-se como exploratória uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o tema e se valerá de uma abordagem qualitativa.

## INDEXAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA

Considerando que o principal objetivo da Biblioteconomia é promover o acesso e apropriação da informação criando verdadeiras pontes entre as necessidades informacionais das comunidades de usuários da biblioteca e os documentos do seu acervo, os processos de organização do conhecimento são mediadores imprescindíveis. Esses processos de organização do conhecimento promovem o controle bibliográfico, isto é, “[...] o processo sistemático de criação de substitutos que ocupem o lugar dos itens que de fato contêm informação” (Olson, 2002, p. 100). O propósito do controle bibliográfico ou controle de autoridade é:

[...] assegurar consistência ao representar um valor – o nome de uma pessoa, o nome de um lugar ou um termo ou código representando um assunto – nos elementos usados como pontos de acesso na recuperação da informação. Por exemplo, “Guerra Mundial, 1939-1945” foi estabelecido como um cabeçalho de assunto [também denominado termo de indexação ou descritor] autorizado na Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso (LCSH). Quando usamos a LCSH para catalogação ou indexação, é atribuído esse cabeçalho a todas as publicações sobre a II Guerra Mundial independentemente se a publicação se refere a “Guerra Europeia, 1939-1945”, “Segunda Guerra Mundial”, “Guerra Mundial 2”, “Guerra Mundial II”, “WWII”, “Guerra Mundial Dois”, ou 2º Guerra Mundial”. As expressões sinônimas levam ao cabeçalho autorizado. Isso assegura que todas as publicações sobre a II Guerra Mundial possam ser recuperadas e dispostas sob o mesmo cabeçalho de assunto em catálogos locais, bases de dados ou catálogo coletivo (International..., 2010, p. 8).

Diferentemente da representação descritiva de um documento com fins de representação e individualização garantidos pela catalogação, a representação de assunto refere-se ao conjunto de processos, instrumentos e produtos destinados a representar tematicamente o documento. Para tanto, os processos de indexação e classificação valem-se de instrumentos, tais como esquemas de classificação, lista de cabeçalhos de assunto, tesouros etc. para construir os índices, resumos e notações de classificação.

Dessa forma, a indexação é “[...] uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma clara e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários, sem que haja “RUÍDOS” (isto não corresponde ao que eu procurava), nem “SILÊNCIOS” (o documento existe, mas está perdido)” (Chaumier, 1988, p. 74).

A indexação como processo de construção de índices ocorre desde a Antiguidade quando, por exemplo, no terceiro milênio antes de Cristo, a Biblioteca de Ebla, na Síria, abrigava uma coleção composta por “[...] textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos” (Ortega, 2004).

A indexação como processo de representação de um documento é realizada “[...] mais intensamente desde o aumento de publicações periódicas e da literatura técnico científica de modo geral, que impulsionaram a necessidade de criação de mecanismos de controle bibliográfico em centros de documentação especializados” (Fujita, 2003, p. 61), aproximadamente após 1850.

O processo de indexação é que ditará o valor de um sistema de busca e recuperação da informação. Uma vez que não seja realizado de forma defensável, um enorme esforço será exigido do serviço de referência para que os usuários encontrem os documentos sobre o assunto procurado. Para fins de didáticos, o processo de indexação é composto por três momentos: análise de assunto, síntese e representação.

A análise de assunto, também denominada análise temática, análise documentária, análise conceitual ou análise de conteúdo, pode seguir três concepções de acordo com Albrechtsen (1993): simplista, orientada para o conteúdo ou orientada pela demanda. Apesar de considerar apenas a informação explícita ao documento, a concepção simplista tem custos mais baixos. Já a concepção orientada para o conteúdo vai além dos limites da estrutura superficial léxica e gramatical do conteúdo do documento, mas não considera seus possíveis usos. A concepção orientada pela demanda evoca a responsabilidade dos bibliotecários ao escolher quais são os aspectos de um determinado documento que devem ser representados visando seu acesso pelos usuários atuais e futuros. Albrechtsen (1993, p. 223) esclarece que a concepção orientada pela demanda “[...] envolve um alto nível de subjetividade e responsabilidade ao escolher dentre os atributos de um documento.” Nesse contexto, estruturas sociológico-epistemológicas provenientes da indexação também são consideradas.

Uma vez ciente da concepção de análise de assunto que deverá guiar o processo de indexação e classificação, o bibliotecário procederá à compreensão do conteúdo do documento, identificação dos conceitos que representam este conteúdo e seleção de conceitos válidos que se tornarão pontos de acesso de assunto para a recuperação da informação.

Para a compreensão do conteúdo do documento deve-se identificar o seu tema. Há o conteúdo intrínseco ao documento, determinado pelo autor da obra, que pode ser denominado como aboutness, atinência

extensional, atinência, topicalidade ou tematicidade intrínseca. E há o conteúdo de interesse para as comunidades de usuários, ou seja, ele é mutável e pode ser denominado como atinência intensional, significado, informatividade, tematicidade extrínseca (Fujita, 2003). A política de indexação estabelecida pela instituição decidirá se o tema extraído do documento será mais específico ou mais genérico.

Para a compreensão do tema, identificação e seleção dos conceitos que se tornarão pontos de acesso de assunto, o indexador vale-se da leitura documental pois a ele “[...] raramente é dado o luxo de poder ler um documento atentamente do começo ao fim [...] Usualmente, recomenda-se um misto de ler e ‘passar os olhos’ pelo texto” (Lancaster, 2004, p. 24). Por exemplo, haverá momentos, “[...] em que um trecho difícil, para o leitor, exige que ele leia linear e cuidadosamente, e há outros em que apenas inferências pelo contexto permitem a compreensão sem problemas” (Fujita, Nardi, & Santos, 1998, p. 21).

Durante a leitura palavra por palavra, os “esquemas” do leitor são ativados por dois movimentos complementares: *bottom-up*, quando o leitor caminha da parte para o todo observando o contexto do texto com o objetivo de extrair significado, e o *top-down* quando o leitor caminha do todo para a parte valendo-se de previsões e com o objetivo de atribuir significado. Esses movimentos são estratégias cognitivas que compõem a leitura fluida, isto é, são comportamentos automáticos e inconscientes (Cintra, 1989).

Quando um profissional realiza uma leitura frente a um problema e com um objetivo específico, como no caso da indexação onde a intenção é compreender o tema do texto e identificar termos que representem os seus assuntos, pode se valer de estratégias metacognitivas composta por comportamentos desautomatizados, ações conscientes, assim “[...] enquanto o conhecimento prévio viabiliza, por força de ‘esquemas’, uma leitura mais rápida, as estratégias, especialmente as metacognitivas, conduzem à eficácia da tarefa” (Cintra, 1989, p. 36).

A NBR 12676 – Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação<sup>1</sup> fornece algumas questões as quais os termos indenticados pela leitura documental deveriam responder:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p.ex.: um estudo sociológico da religião) (Associação..., 1992, p. 2).

Uma vez indenticados os termos representativos do conteúdo do documento, o bibliotecário selecionará quais desses termos de fato representarão aquele documento em sua biblioteca tendo em vista os objetivos para os quais esses pontos de acesso de assunto serão usados. Assim, nem todos os

---

<sup>1</sup> O manual de política de indexação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FUJITA, 2014) oferece um modelo de leitura para para auxiliar a identificação dos termos representativos em livros.

conceitos identificados serão necessariamente selecionados. Esse é o final da análise, quando o indexador está preparado para afirmar sobre o que trata o documento, é quando se define o assunto. Assim, o produto da análise de assunto é a frase de indexação, ainda na linguagem natural do documento. Fujita (2003) sugere que o indexador não faça uso das linguagens de indexação até esse momento nem se deixe influenciar por elas.

A segunda etapa, a síntese, consiste no processo de sumarização, isto é, a construção do enunciado de assunto que é composto pelos termos selecionados e a elaboração do resumo. O resumo é uma apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto e serve como instrumento de pesquisa em bases de dados fomentando, inclusive, a divulgação científica. O resumo apresenta um menor nível de condensação quando comparado ao enunciado de assunto.

A escolha dos conceitos que devem ser selecionados para compor o enunciado de assunto depende da finalidade para a qual serão usados os termos de indexação. Nesse caso, as características da indexação mais afetadas são: o grau de exaustividade e de especificidade dos termos selecionados.

A exaustividade refere-se à extensão em que os assuntos serão representados. Todos os conceitos potencialmente úteis serão selecionados? Quanto maior for a exaustividade na representação de assunto de um documento, maior será a revocação e menor será a precisão na recuperação da informação. A especificidade refere-se a quão precisos pode-se ser na representação de um documento. Quanto maior for a especificidade na representação de assunto de um documento, maior será a precisão e menor será a revocação na recuperação da informação (Carneiro, 1985).

A representação é a última etapa, é quando o indexador traduzirá a frase de indexação que está na linguagem natural do documento em descritores de indexação a partir de uma linguagem de indexação adotada pela biblioteca. Dois exemplos tradicionais de linguagens usados para indexação são: a) lista de cabeçalhos de assuntos que consistem em cabeçalhos e sub-cabeçalhos compostos por palavras em linguagem natural, os quais buscam condensar o tema sobre o qual trata o documento (Gil Urdiciain, 2004), e b) tesouro que é “[...] um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas” (Dodebei, 2002, p. 67).

Assim, ao elaborar uma estratégia de busca no catálogo da biblioteca serão os cabeçalhos de assunto ou os descritores de indexação que farão a ponte entre a necessidade informacional materializada nas palavras da estratégia de busca do usuário e os itens disponíveis no acervo da instituição.

## INDEXAÇÃO NA ARQUIVÍSTICA

No âmbito da representação do conhecimento arquivístico, as funções de classificação e descrição são consideradas nucleares, baseando-se, fundamentalmente, na aplicação do princípio da proveniência e no conceito de fundo documental. Enquanto a primeira função representa as estruturas e funções do órgão produtor de documentos por meio de um plano de classificação, a segunda representa o conteúdo dos documentos e sua relação com o contexto de produção no qual está inserido, seja este social, político, econômico, cultural. Neste sentido, representar para a Arquivística significa contextualizar, ir além do conteúdo imediato do documento.

No entanto, essa definição de representação, nem sempre esteve atrelada aos objetivos da função descritiva. Duranti (1993) destaca três objetivos primordiais da descrição, contextualizando-os em seus respectivos momentos históricos. Para a autora, a descrição teve como objetivo: a) a criação de substitutos para os documentos e preservação de fundos, servindo à memória perpétua da sociedade, b) o fornecimento de prova da existência dos documentos, c) um guia de pesquisa para revelar a ordem intelectual de documentos fisicamente desordenados ou sem sentido, d) auxiliar o arquivista na condução de pesquisas, guiando qualquer tipo de usuário independente de sua busca, iluminando as relações contextuais entre os documentos. Esse último objetivo é, hoje, o mais perseguido pelos arquivistas. Iluminar as relações entre os documentos e seu contexto seria o *leitmotiv* da Arquivística Contemporânea.

A autora destaca, ainda, que a preocupação em definir ou conceituar a função da descrição é recente, datando da década de 1970, associando-a a três distintos conceitos complementares: a descrição enquanto um processo de análise, identificação e organização, a descrição enquanto um objetivo de controle, recuperação e acesso aos documentos e a descrição enquanto um produto final, ilustrando o material arquivístico, sua proveniência e contexto documental, suas inter-relações e os modos como podem ser identificados e utilizados.

Até o final da década de 1980, o segundo e terceiro conceito predominaram nas discussões teóricas e na prática arquivística. Construir instrumentos de referência para controlar e permitir ao usuário o acesso ao conteúdo do documento era a principal razão de ser da descrição. Em outras palavras, o lema era descrever para dar acesso.

Como consequência das novas formas de produção documental e da dinamicidade trazida pelas tecnologias de informação a partir da década de 1990, a Arquivística passa por uma renovação em sua teoria e, conseqüentemente, em sua prática, afetando, sobremaneira, os processos de produção, organização e representação do conhecimento arquivístico, deslocando seu foco do conjunto de documentos para os contextos social, organizacional e funcional em constante criação. Portanto, o ato de representar ao seguir um fluxo dinâmico desloca-se dos processos de arranjo e descrição estáticos e definitivos para arranjos contínuos, relativos e fluidos, com processos representativos sempre em andamento (YAKEL, 2003).

Buscando uma descrição dinâmica e fluida, seguindo a dinamicidade do processo de representação arquivística na contemporaneidade, emergem no contexto do Conselho Internacional de Arquivos, as normas de descrição arquivística, visando à garantia de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas, possibilitando a padronização e o intercâmbio de informações entre acervos e instituições. Nesse sentido, destacam-se a ISAD (G), Norma internacional de descrição arquivística (1992), a ISAAR (CPF), Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (1996), a ISDIAH, Norma internacional para a descrição de instituições com acervo arquivístico (2008) e a ISDF, Norma internacional para a descrição de funções (2007).

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o *contexto e o conteúdo de documentos de arquivo* a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo (Conselho Internacional de Arquivo, 2000, p. 11).



Ainda segundo a ISAD (G), as normas internacionais estabelecem diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas e devem ser usadas em conjunto com as normas nacionais existentes, ou como base para a sua criação. Inspirado nesta sugestão, o Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, em 2005, prepara uma versão preliminar da Norma Brasileira de Descrição – Nobrade, que veio a ser publicada oficialmente em 2006.

A Nobrade tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, ou seja, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes, a descrição deve ser feita do geral para o particular, apresentando informações revelantes para cada nível, para representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição. É importante, ainda, que sejam explicitadas as relações entre as descrições de cada unidade, evitando a redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

A norma brasileira, tendo como base da ISAD (G), prevê a existência de 28 elementos de descrição, distribuídos em 8 áreas: (1) Área de identificação, (2) Área de contextualização, (3) Área de conteúdo e estrutura, (4) Área de condições de acesso e uso, (5) Área de fontes relacionadas, (6) Área de notas, (7) Área de controle da descrição, e (8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos. Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios: código de referência, título, datas, nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso.

Um dos importantes diferenciais da Nobrade é o campo descritivo de pontos de acesso e indexação de assuntos. Segundo a Nobrade (2006), ponto de acesso pode ser definido como um elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos. A identificação dos pontos de acesso é necessária para a recuperação do conteúdo de alguns elementos de descrição e são imprescindíveis à indexação de assuntos. Destaca-se que a descrição dos sete elementos obrigatórios expostos acima constituem pontos de acesso naturais da descrição multinível.

Para a indexação de assuntos, o arquivista deve considerar o Produtor, utilizando-se ainda da ISAAR (CPF), que oferece as orientações necessárias para a descrição do *nome do produtor*, e o *título* da unidade de descrição, bem como a *entidade custodiadora* e a *procêdencia*. Assuntos presentes nos campos da *história administrativa/biografia* e *âmbito e conteúdo* podem ser considerados, como, por exemplo, nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Nesse sentido, na identificação de pontos de acesso para a descrição de Fundo, Seção ou item documental, os elementos relacionados à representação do contexto são essenciais à indexação.

É importante destacar que, embora a descrição não ocorra apenas no arquivo permanente – uma vez que o arquivista e o produtor descrevem os documentos e seus contextos desde sua gênese, respeitando a especificidade de representação para cada fase do documento, a indexação de assuntos é recomendada notavelmente a partir do arquivo permanente, uma vez que o estabelecimento de ponto de acesso servirá aos usuários no momento de recuperação da informação.

Deve-se dizer que a indexação é uma etapa posterior à representação arquivística e não concomitante a ela. Ou seja, somente após a descrição dos elementos elencados pelas normas de descrição, a indexação irá acontecer, isso significa dizer que os processos de representação (classificação e descrição) não deverão sofrer influência da indexação.

## DISCUSSÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A indexação em arquivos já está prevista pela Nobrade e, enquanto a indexação de assuntos nos níveis 1 (fundo), 2 (seção/grupo) e 5 (item documental) está relacionada aos elementos de representação do contexto e conteúdo, a indexação de termos referentes à série (nível 3) pode ser um pouco mais complicada.

Segundo Ribeiro (2006), a indexação de conjuntos documentais, compostos por um número elevado de espécies e contendo uma variedade de assuntos, deve prescindir de métodos apropriados para disciplinar a análise do seu conteúdo, a identificação e a seleção dos conceitos a indexar. No contexto das séries documentais que, geralmente, possuem uma quantidade considerável de itens documentais, uma análise minuciosa de cada item é impossível. Assim, Ribeiro (2006) estabelece alguns elementos que podem ser considerados na identificação dos assuntos a serem indexados, são eles:

*Titulo da série* — quando exista; nestas circunstâncias ele pode ser retirado das lombadas ou capas dos livros, de folhas iniciais ou do interior dos mesmos; *Termo de abertura* — quando a série é formada por livros, na maioria dos casos, eles têm um termo de abertura, no qual é indicada a função a que se destinam; *Índices* — em muitos casos, os livros ou os maços que constituem uma série contêm, no início ou no final, índices ou listas de conteúdo, que são de extrema utilidade para o indexador; *Tipos documentais* — deverá analisar-se o conjunto da série, a fim de se verificar se há unidade tipológica nos documentos que a compõem, ou se se trata de uma série "miscelânea", constituída por tipos documentais diversos. Esta análise é fundamental, pois a unidade tipológica facilita a indexação, uma vez que, nos vários documentos, a organização do texto e o tipo de informação que registam são semelhantes; *Elementos que compõem cada documento* — sendo as séries, geralmente, formadas por tipos documentais análogos, é possível, na maioria dos casos, determinar os elementos que integram o seu conteúdo e, a partir daí, identificar os assuntos a indexar.

A análise da tipologia documental precede o estabelecimento das séries e, portanto, fornece elementos para o conhecimento das espécies documentais e das atividades desempenhadas pelos documentos. Assim, conhecer a tipologia documental permite ao arquivista conhecer o conteúdo dos documentos, que, no âmbito dos arquivos, engloba, além do assunto, sua proveniência e atividade.

Para os bibliotecários, o conhecimento da tipologia documental auxiliaria no processo de leitura documental pois, ao conhecer as áreas de maior conteúdo informativo de cada tipo de documento, a identificação de termos que poderão servir como pontos de acesso de assunto será mais rápida.

Guimarães (2008) defende a complementariedade das lógicas adotadas pela Arquivística e pela Biblioteconomia no contexto da Ciência da Informação, pois na Arquivística, a análise é feita priorizando o contexto de produção a partir dos princípios de proveniência e organicidade, enquanto que na Biblioteconomia a análise se faz priorizando o uso da informação a partir dos princípios de uso ou de demanda, por exemplo.

O princípio da proveniência advindo da Arquivística é fundamental para garantir a confiabilidade do documento a ser tratado, uma vez que consiste na identidade de um documento a partir do estabelecimento do seu produtor. Na Biblioteconomia, ao trabalhar com o documento em conjunto, no contexto do seu domínio, estamos valendo-nos do princípio da proveniência. Por exemplo, a organização de coleções de periódicos em bibliotecas se dá, em um primeiro momento, a partir da proveniência que é a instituição publicadora e da organicidade pois um fascículo não faz sentido sozinho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Arquivística, o conceito de assunto é importante, principalmente nas pesquisas realizadas em documentos no arquivo permanente. Diante de uma necessidade informacional, não seria defensável exigir dos usuários do arquivo permanente o conhecimento de todos os fundos ou séries de um arquivo para poderem realizar uma pesquisa. Uma vez que a indexação seja realizada nos documentos dos arquivos permanentes, os usuários poderão realizar pesquisas por assunto e recuperarão todos os documentos que, em algum momento, estabeleceram relações com o termo usado em sua estratégia de busca.

A indexação é um processo intelectual e, por não ser neutra é importante que antes de utilizá-la, os alunos de Arquivologia e arquivistas a estudem em sua totalidade, apreciando-a criticamente. O entendimento das convergências e divergências entre a Arquivística e a Biblioteconomia é imprescindível, inclusive para que fique claro que a indexação, como foi aqui apresentada, seria um processo adicional à prática arquivística que traria benefícios para o acesso e recuperação da informação em arquivos permanentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albretchtsen, H. (1993). Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The Indexer*, 18(4), 219-224.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1992). *NBR 12676: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro.
- Barros, T. H. B. (2016). A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli*, 21(46), 33-44.
- Carneiro, M. V. (1985). Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 14(2), 221-241.
- Chaumier, J. (1988). Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 21(1/2), 63-79.
- Cintra, A. M. M. (1989). Estratégias de leitura em documentação. In J. W. Smit (Coord.), *Análise documentária: a análise da síntese* (p. 30-37) (2nd ed.). Brasília, DF: IBICT.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). ISAD (G): *Norma geral internacional de descrição arquivística* (2nd ed.). Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2004). ISAAR (CPF): *Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. (2nd ed.). Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional.
- Conselho Nacional de Arquivos. (2006). *Norma Brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional.

- Dobebei, V. L. D. (2002). *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro, RJ: Interciência.
- Duranti, L. (1993) Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, 35, 47-54.
- Fujita, M. S. L. (2003). A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1(1), 60-90.
- Fujita, M. S. L. (Coord.) (2014). *Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da UNESP*. São Paulo, SP: UNESP.
- Fujita M. S. L., Nardi, M. I. A., & Santos, S. (1998). A leitura em análise documentária. *Transinformação*, 10(3), 13-31.
- Gil Urdiciain, B. (2004). *Manual de lenguajes documentales* (2nd ed.). Gijón, AS: Ediciones Trea.
- Guimarães, J. A. C. (2008). Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In M. S. L. Fujita, & J. A. C. Guimarães (Org.), *Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar* (p. 33-44). São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- International Federation of Library Associations and Institutions (2010). *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): A conceptual model*. Netherlands: IFLA. Retrieved from: <http://www.ifla.org/node/5849>
- Lancaster, F. W. (2004). *Indexação e resumos: teoria e prática* (2nd ed.). Brasília, DF: Briquet de Lemos.
- Ison, H. A. (2002). *The power to name: locating the limits or subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher.
- Ortega, C. D. (2004). Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, 5(5).
- Ribeiro, F. (1996). *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Arquivo histórico.
- Silva, M. B. da, Sousa, D. E. L. de, & Bandeira, P. M. (2012). A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 3(2), 124-141.
- Smit, J. W. (1987). *O que é documentação* (2nd ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Vital, L. P. (2017). *Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRSAD*. (Doctoral Dissertation in Information Science). Universidade Federal de Santa Catarina. Retrieved from [repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Yakel, E. (2003). Archival Representation. *Archival Science*, 3, 1-25.